



“A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA, A GENTE QUER COMIDA, DIVERSÃO E ARTE”: A INSERÇÃO DO TURISMO E DO LAZER NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

RIBEIRO, Thayse Soares Fernandes¹; MOURA, Amanda da Costa²; VASQUEZ, Cássia³.

*Departamento de Administração e de Turismo – FCD/UFPEl
Rua Lobo da Costa, 859 – CEP 96010-150.*

1. INTRODUÇÃO

O eixo principal de interesse desta pesquisa partiu de um trabalho acadêmico para a disciplina de “Turismo e Lazer” do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas. O trabalho consistiu na elaboração de uma atividade de lazer para ser apresentada ao final do semestre. A pesquisa parte do pressuposto que o turismo é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável local e deveria garantir o aumento da qualidade de vida dos habitantes de cada região.

Antes da elaboração do projeto foi feito um diagnóstico do local pesquisado e um levantamento teórico para a elaboração do mesmo. O objetivo foi o de oportunizar a inserção social por meio do turismo, ligando-o ao patrimônio, que tem lugar na memória social, ligando o passado ao presente e dando uma perspectiva para o futuro.

Optou-se por trabalhar com meninas residentes da Instituição “Casa das Meninas” como forma de transmitir o significado do patrimônio e aguçar a noção da identidade por meio de um *tour* no entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

A intenção não foi de aprofundar as questões em torno de um turismo excludente como forma de exclusão, mas as conseqüências deste, na construção da identidade das crianças e nas dinâmicas sociais para a apropriação do espaço. A intenção foi a de propor uma forma de oferecer uma informação diversificada e pautada na realidade cultural do indivíduo e na possibilidade do conhecimento do patrimônio como recurso aliado à formação dos cidadãos.

Os impactos do Turismo nas comunidades locais vêm despontando e cada vez mais devem ser estimuladas atividades que visem incitar pesquisas e conceber estratégias para a proteção e a longevidade do patrimônio e da identidade dos visitados.

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Turismo da UFPEl. thayse.soares@yahoo.com.br

² Acadêmica do curso de Bacharelado em Turismo da UFPEl. amanda80@bol.com

³ Acadêmica do curso de Bacharelado em Turismo da UFPEl. cassia-vasquez@hotmail.com

Esta pesquisa mobilizou a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa e as pessoas que participarão da investigação.

2. METODOLOGIA

As informações sobre a instituição foram obtidas através de entrevista com uma das assistentes sociais da Casa das Meninas, as informações são superficiais para proteger as crianças abrigadas e, principalmente, por se tratar de um lugar de refúgio onde às mesmas buscam por proteção.

O Abrigo de proteção CAME – Casa das Meninas é vinculado à Secretaria da Cidadania de Pelotas e mantido pela Prefeitura Municipal de Pelotas. O abrigo atende crianças e adolescentes de 07 (sete) a 18 (dezoito) anos de idade abrigados sob medida de proteção, definidas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA, no mesmo espaço físico.

Em agosto de 2006, devido às diferentes necessidades e interesses de cada faixa etária e, para o bem estar de todas as meninas, o abrigo foi dividido em CAME I e CAME II. Na CAME I, ficaram as meninas de 07 (sete) a 12 (doze) anos e na CAME II as meninas de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos. Cada casa possui coordenação própria.

Para entendermos melhor a situação da casa não se pode defini-la como orfanato, porque o termo destina-se a crianças abandonadas e/ou órfãs. Usam-se os termos: abrigo ou casas lares, porque estes lugares hoje se destinam a acolher e proteger crianças que foram vitimizadas.

Ao contrário do que se pensa, a maioria dos abrigamentos não se dá pela violência dos pais contra os filhos, mas da situação de pobreza das famílias.

É extremamente cobrado por parte da sociedade em geral, que a família, mesmo pobre e muitas vezes sem condições básicas de sustento, acolha, assuma e crie seus filhos dentro de um ambiente familiar estruturado. O que, na maioria das vezes não é levado em conta, é que uma família que não possui base estrutural suficiente, tem precárias condições de propiciar este ambiente.

O Estado por vezes negligencia essas famílias, que na maioria dos casos, está abaixo dos níveis de pobreza, beirando o limiar da miséria, colocando em prática medidas pontuais que deixa de se preocupar com a raiz do problema, que está no desemprego, na habitação precária, na fome, no trabalho informal sem nenhum direito trabalhista, enfim, sem a garantia de seus direitos sociais básicos.

Anterior ao abandono está uma série de causas que levam ao abrigamento, de nada adianta retirar a criança/adolescente do seu meio social e não eliminar a problemática, pois a prática da violência envolve uma série de fatores advindos da situação de vulnerabilidade que se encontram as famílias.

As crianças e os adolescentes estão nestas casas lares, porque estão em Medida de Proteção, tiveram alguns de seus direitos violados (maus-tratos, negligência, abuso sexual, abandono). O ECA prevê que eles tenham todo o convívio social como se estivessem em suas famílias. Então, eles freqüentam escolas públicas, fazem atividades de lazer fora e dentro do abrigo, freqüentam cinema, escola aberta, passeio, colônia de férias. Também utilizam todos os recursos do município no que se refere à saúde e todas as outras áreas.

Principalmente, propomos uma via de interpretação alternativa através da educação patrimonial e do lazer, conforme Rolnik (2000: s/p): “um lazer encarnado

na cidade, identificado na sua dimensão pública, é um grande instrumento antiexclusão”.

Os diferentes modos de uso e apropriação dos bens simbólicos, de cada indivíduo, requerem um plano de ação na conquista dos atributos socialmente adquiridos que “qualificam” os atores na sociedade.

Dentro do contexto das diferentes formas de acesso à produção e ao consumo do lazer e da cultura, supomos hipoteticamente, que a inserção destas meninas dependeria das experiências e orientações que vivenciarem dentro de determinados meios concretos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O lazer deve ser instrumento não somente de inclusão como também de integração, agregando valores as questões educativas. A inserção do lazer nas atividades com crianças de risco possibilita o desenvolvimento pessoal e cognitivo. Deve ser instrumento não somente de inclusão como também de integração, agregando valores as questões educativas.

A princípio, lazer remete a atividades recreativas, porém, deve-se pensar que este tem de ser promovido também para as classes menos favorecidas. Este tipo de iniciativa surge como uma solução, além de possibilitar momentos de alegrias e uma minimização (BOULLÓN, 2004) das dificuldades vividas por essa classe.

Aplicar as questões da cidadania ao Turismo implica considerar que todos os meios levam a uma percepção, a de que não se podem reduzir os povos somente a interesses contábeis, mas a algo mais profundo, inserido nos alicerces de cada cultura. Mais do que criar condições para os de dentro a inclusão é um desafio que implica mudar o setor como um todo, na sua estruturação, na postura diante dos investidores, na elaboração de diretrizes e etc.

As relações sociais no Brasil são marcadas por profundas contravenções, parcelas significativas da população encontram-se em situação de desvantagem no quadro de perversa desigualdade social. De acordo com a abordagem qualitativa que parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, o propósito do presente trabalho é buscar a aproximação através do emprego de processos científicos.

4. CONCLUSÕES

Através desta pesquisa e da avaliação do diagnostico levantado sobre a instituição pode-se chegar à conclusão de que o lazer neste ambiente tão vulnerável funcionaria como uma garantia da rede básica de sociabilidade, pois mobiliza processos de formação da subjetividade, intensifica a relação do ser, com o outro e com o mundo. (VILLAVERDE, 2003).

Para Müller (2002:12): “Na perspectiva do setor público o lazer deveria ser encarado como um serviço obrigatório para os governos e um direito social dos cidadãos brasileiros”.

A existência de diferentes espécies de conduta social, econômica e cultural, define campos estruturados de redes ou configurações de interdependência entre os indivíduos que moldam comportamentos e decisões. Estes vínculos delineados ao longo da trajetória dos atores, do passado ao presente, convertem-se em formas

mais ou menos duradouras de ver, sentir e agir na sociedade incorporando princípios de afirmação ou negação.

Considerando o turismo como atividade inclusiva oportuniza-se a relação homem-espaço, nas mais variadas perspectivas de análise do conhecimento humano de forma interativa, divertida e multidisciplinar. Através da pesquisa realizada para a inclusão de uma atividade com crianças a margem da sociedade poder-se-á expandir os horizontes culturais dos indivíduos em questão, ampliando e enriquecendo sua forma de pensar e atuar.

Dentro do contexto das diferentes formas de acesso à produção e ao consumo do lazer e da cultura, supõe-se que hipoteticamente, a inserção destas meninas dependerá das experiências e orientações que vivenciam dentro de determinados meios concretos.

Creemos que as implantações de atividades voltadas para crianças carentes aumentariam as suas chances de inserirem-se na sociedade, expandindo o contexto de suas interações e as redes de comunicações, terão a possibilidade de modificar os elementos simbólicos no qual elaboram seus projetos e constroem suas identidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULLÓN, Roberto. Marco Social e Político do Tempo Livre. IN: BOULLÓN, Roberto. Atividades Turísticas e Recreativas: o homem como protagonista. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

MÜLLER, Ademir. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. IN: MÜLLER, Ademir; DA COSTA, Lamartine (org.). Lazer e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. *In* Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: Serviço Social do Comércio (SESC), 2000.

VILLAVERDE, Sandoval. Refletindo sobre lazer: Turismo na Natureza, Ética e Reflexões de Amizade. IN: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini (org.). Turismo, Lazer e Natureza. Barueri, São Paulo: Melone, 2003.